

SOLDADOS DA BORRACHA: ESTUDO COM BASE NO JORNAL DO COMÉRCIO (1940-1970)

RUBBER SOLDIERS: A STUDY BASED ON THE JORNAL DO COMÉRCIO
(1940-1970)

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 01/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790714485](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790714485)

Joel Freitas Melo¹

Leandro Luiz de Oliveira²

Francisco Eleud Gomes da Silva³

Davi Nobre⁴

Eduardo Gomes da Silva Filho

RESUMO

A história dos "Soldados da Borracha" está intrinsecamente ligada ao chamado "Ciclo da Borracha", período fundamental na trajetória da região amazônica e do Brasil. Embora menos conhecidos do que os soldados da Segunda Guerra Mundial, esses homens desempenharam papel crucial na sustentação dos esforços aliados durante o conflito e, ao mesmo tempo, enfrentaram inúmeras adversidades. O entrelaçamento do Estado Novo com o fortalecimento das migrações para o Norte do país ocorreu em função do forte mercado da borracha que voltara a crescer, trazendo o simbolismo do trabalho dos seringueiros no grande cenário econômico brasileiro. Este artigo analisa as condições de vida, a propaganda oficial e as evidências jornalísticas das problemáticas sociais nos seringais, com base no Jornal do Comércio (1940-1970) e na literatura especializada, com destaque para a obra de Francisco Eleud Gomes da Silva (2025) sobre a migração cearense para a Amazônia entre 1939 e 1970. A pesquisa revela a contradição entre a retórica patriótica do governo e a prática de exploração, o abandono institucional e a invisibilidade histórica desses trabalhadores, cuja contribuição ao esforço de guerra ainda busca pleno reconhecimento.

Palavras-chave: Seringueiro; Trabalho; Dificuldades; Migração; Batalha da Borracha; Soldados da Borracha; Estado Novo.

ABSTRACT

The history of the "Rubber Soldiers" is intrinsically linked to the so-called "Rubber Cycle", a fundamental period in the trajectory of the Amazon region and Brazil as a whole. Although less well-known than the soldiers of World War II, these men played a crucial role in sustaining Allied efforts during the conflict while also facing countless adversities. The intertwining of the Estado Novo with the

strengthening of migration to the north of the country occurred due to the strong rubber market that had started to grow again, bringing the symbolism that represented the work of rubber tappers in the great economic scenario of Brazil. This article analyzes living conditions, official propaganda and journalistic evidence of social problems in the rubber plantations, based on the *Jornal do Comércio* (1940-1970) and specialized literature, with emphasis on Francisco Eleud Gomes da Silva's (2025) work on Ceará migration to the Amazon between 1939 and 1970. The research reveals the contradiction between the government's patriotic rhetoric and the practice of exploitation, institutional abandonment and the historical invisibility of these workers, whose contribution to the war effort still seeks full recognition.

Keywords: Rubber tapper; Work; Difficulties; Migration; Battle of Rubber; Rubber Soldiers; Estado Novo.

1. INTRODUÇÃO

A história dos Soldados da Borracha destaca a complexa relação entre exploração econômica, migração forçada e impactos de longo prazo nas comunidades amazônicas. Enquanto a borracha trouxe prosperidade efêmera à região, seu legado inclui uma série de questões não resolvidas, entre elas as condições de vida precárias das comunidades formadas por esses trabalhadores e o silenciamento histórico de sua contribuição ao esforço de guerra aliado durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um capítulo da história brasileira que, por décadas, permaneceu à margem das narrativas oficiais e da memória coletiva nacional, sendo resgatado apenas tardiamente por historiadores, jornalistas e, sobretudo, pelos próprios descendentes desses trabalhadores.

Para os migrantes nordestinos, a Amazônia representava abundância de água e terra, em contraste com a escassez em sua terra natal, especialmente durante os períodos de seca que ciclicamente assolavam o sertão. Esse cenário de esperança de uma vida melhor os conduziu, contudo, a uma realidade de exploração sistemática. Os jornais da época, ao retratarem a figura do seringueiro, evidenciavam o trabalho explorado e relatavam as problematizações dessa atividade, marcada por desigualdade, endividamento e violência. As ondas de assassinatos noticiadas em periódicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas mostravam a brutalidade não apenas do trabalho exaustivo, mas também da baixa remuneração e do sistema de aviação que prendia o trabalhador a dívidas praticamente impagáveis. A floresta, que no discurso oficial era apresentada como espaço de oportunidade e redenção, revelava-se, na prática, um território de sofrimento, doença e morte.

Este artigo visa debater os conceitos dessas migrações, seu cenário político e a representação dessa forma de trabalho, com ênfase na retratação dos migrantes vindos do Nordeste — sobretudo do Ceará — na realidade que Samuel Benchimol denominou "A Batalha da Borracha" (Benchimol, 1999). O período coincide com o Estado Novo varguista e com a reconfiguração das relações internacionais durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente após a assinatura dos Acordos de Washington, que formalizaram a colaboração brasileira no fornecimento de borracha aos Aliados. A "Batalha da Borracha" não foi apenas uma operação econômica ou militar: foi também um projeto político de integração territorial e de controle sobre populações consideradas "excedentes" no Nordeste e "necessárias" na Amazônia.

A análise apoia-se, de modo central, na contribuição de Francisco Eleud Gomes da Silva (2025), cuja obra "Batalha da borracha": o contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970 reconstitui de forma abrangente o processo migratório, as políticas públicas, os dramas sociais e a contradição entre a retórica patriótica e a prática de exploração. Silva (2025) demonstra a conexão entre Nordeste e Amazônia no imaginário e na política nacional, denunciando o abandono institucional e a invisibilidade histórica desses trabalhadores. Sua metodologia, que combina história oral, análise documental e pesquisa bibliográfica, oferece consistência interpretativa fundamental para o presente estudo. Ao estender o recorte temporal até 1970, a obra permite compreender não apenas o momento crítico da guerra, mas também as continuidades e rupturas do processo migratório e das políticas desenvolvimentistas que sucederam ao Estado Novo.

Além da obra de Silva (2025), dialogamos com a historiografia clássica e contemporânea sobre o tema — Guillen (1997), Lima (2013), Benchimol (1999), Freitas, Vilarino e Santos (2019), Oliveira (2015), entre outros — e com fontes primárias do Jornal do Comércio e do Correio Paulistano, que permitem captar, no calor dos acontecimentos, as tensões, as denúncias e as contradições do período. O objetivo é contribuir para a memória e o reconhecimento dos Soldados da Borracha, sujeitos históricos cuja trajetória ainda exige atenção da historiografia e das políticas públicas de reparação. A história desses homens e de suas famílias não é apenas um episódio do passado: é um espelho das desigualdades regionais, das relações de trabalho e das formas de silenciamento que ainda marcam a sociedade brasileira.

2. ESTADO NOVO, CENÁRIO MUNDIAL E POLÍTICO DA MIGRAÇÃO

Durante a Segunda Guerra Mundial, os ideólogos do Estado Novo (1937-1945) buscaram justificar as políticas públicas na Amazônia, apresentando-as como redentoras após o abandono governamental desde a decadência do primeiro ciclo da borracha. A "Marcha para o Oeste" e a "Batalha da Borracha" foram incorporadas ao discurso oficial, visando integrar os sertões à Nação e oferecer oportunidades econômicas aos camponeses nordestinos. O Estado Novo via a necessidade urgente de ocupar o território para integrar geograficamente o Brasil. Ao destacar a abundância de terras "sem dono", a campanha atraía migrantes em busca de uma nova vida e liberdade. Ao mesmo tempo, medidas foram adotadas para lidar com questões sociais no campo, incluindo ações contra o banditismo e o desarmamento do sertão, especialmente no Nordeste (Guillen, 1997; Silva, 2025). A migração era, assim, apresentada como solução dupla: para o "problema" demográfico e social do sertão e para o "vazio" demográfico e produtivo da Amazônia.

Segundo Isabel Cristina Martins Guillen (1997, p. 96), a construção discursiva do período foi cuidadosamente elaborada:

"Ao elaborarem um discurso que justificava as políticas públicas levadas a efeito na Amazônia, durante o período da Segunda Guerra Mundial, os ideólogos do Estado Novo buscaram conferir um sentido menos conjuntural aos seus projetos. Visavam apresentar tais medidas como um feito que redimiria a Amazônia do descaso governamental que a região vinha sofrendo desde a decadência da borracha. Ao mesmo tempo, apresentavam a campanha como uma solução para a questão dos camponeses nordestinos, que além de ganharem dinheiro, teriam facilidade para conseguir terras. Para tanto, lançaram mão, discursivamente, da 'Marcha para o Oeste', e a 'Batalha da Borracha' passou a fazer parte da campanha bandeirante que visava integrar os sertões ao corpo da Nação."

A assinatura dos Acordos de Washington, em 1942, desencadeou uma propaganda massiva sobre a migração para a Amazônia e a produção da borracha, transformando os migrantes em "soldados da borracha", com status simbólico de combatentes de guerra. O governo federal criou diversas instituições para controlar a produção e racionalizar a migração — um aparato inédito na história brasileira. Entre essas instituições destacam-se o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), com sede em Fortaleza, a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). No discurso do Estado Novo, a campanha forjou a imagem de um trabalhador protegido pela legislação e pela presença do Estado. Na prática, tratava-se de estratégia para suprir a mão de obra no interior dos seringais, com maior controle sobre os

trabalhadores e sobre o lucro das grandes produções (Guillen, 1997, p. 97; Silva, 2025).

Francisco Eleud Gomes da Silva (2025) enfatiza que as políticas públicas de migração empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo devem ser compreendidas sob a ótica do desenvolvimentismo e dos processos de recrutamento e exploração de mão de obra. O autor destaca que a retórica oficial apresentava a migração como solução humanitária e patriótica, enquanto a realidade nos seringais revelava um sistema de trabalho marcado pelo endividamento, pela violência e pela ausência de proteção efetiva. A obra de Silva permite compreender a longa duração do processo migratório cearense, que se estende de 1939 a 1970, ultrapassando o período estrito da Segunda Guerra e alcançando os projetos desenvolvimentistas do regime militar. Essa perspectiva de longa duração é fundamental para evitar a redução do fenômeno a um mero episódio conjuntural da guerra.

É nesse contexto que os "Soldados da Borracha" entram em cena de forma dramática. Com a ocupação japonesa das regiões produtoras de borracha no Sudeste Asiático — especialmente após o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941 —, os Aliados viram a necessidade crítica de garantir suprimento constante desse recurso vital para a indústria bélica (pneus, componentes de armas, isolantes elétricos, entre outros). A solução encontrada foi recrutar trabalhadores, principalmente das áreas rurais do Nordeste brasileiro, para atuarem nos seringais da Amazônia. Esses homens, muitas vezes analfabetos e com pouquíssima informação sobre as condições a que seriam submetidos, foram levados a uma jornada exaustiva sob condições adversas e insalubres. Muitos sofreram doenças tropicais, desnutrição e violência. A promessa de uma "terra

sem males" rapidamente se tornou ilusão (Silva, 2025; Lima, 2013; Oliveira, 2015).

Segundo José Lopes da Silva (2011, p. 279), a ocupação japonesa dos seringais de cultivo desestabilizou o mercado consumidor e impossibilitou a manutenção da reserva técnica, diante da diversidade de emprego da borracha no armamento militar e da inadequação da borracha sintética então disponível. Essa situação pôs o governo norte-americano em posição desesperadora, tanto pela ameaça de recompor o estoque estratégico quanto pelo desenrolar das investidas alemãs. O Brasil, sob o Estado Novo, viu na demanda norte-americana uma oportunidade de obter cooperação em áreas estratégicas (saúde, saneamento, infraestrutura) e de reforçar o discurso de integração nacional. A borracha amazônica tornou-se, assim, um ativo geopolítico de primeira ordem.

A Amazônia foi inserida em dois tempos históricos entrelaçados: a conquista do Acre, que apropriava o passado dos trabalhadores nordestinos e o reificava, e um segundo tempo que inaugurava uma nova era sob o Estado Novo. Essa linha de continuidade, conectando os "lendários nordestinos" aos novos "bandeirantes" na "batalha da produção" nos seringais, buscava legitimar a prática da migração como um grande benefício para o país (Lima, 2013, p. 229). Bonifácio Reginâmio de Lima observa que o foco deve recair sobre os agentes sociais e as ações a eles relacionadas, compreendendo a dinâmica que levou os habitantes da Amazônia a passar de migrantes extratores a posseiros; de incentivados pelo Estado a oprimidos e abandonados com a conivência do próprio Estado. A história dos Soldados da Borracha é, portanto, também a história de uma promessa quebrada e de um abandono institucional prolongado.

Assim, a obtenção de uma gleba de terra tornou-se um dos elementos centrais da propaganda do Estado Novo para atrair novos trabalhadores para os seringais. Artigos publicados na imprensa do Ceará, como os de Pimentel Gomes, idealizavam a pequena propriedade no Acre e as oportunidades de ganhar dinheiro com a borracha, destacando a necessidade de trabalhar arduamente em busca de uma vida melhor. A propaganda governamental, intensificada após os Acordos de Washington, utilizava cartazes, anúncios em rádio e jornais, e o próprio SEMTA para aliciar trabalhadores com promessas de passagem gratuita, alimentação, assistência médica e, ao final, a possibilidade de se tornar proprietário (Silva, 2025; Guillen, 1997). A imagem do "soldado da borracha" como herói nacional contrastava violentamente com a realidade que o aguardava nos seringais.

3. A DURA REALIDADE DO SERINGUEIRO E A CENTRALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Os tempos sombrios de trabalhos semelhantes voltariam com força na década de 1940. Os convocados — muitos deles retirantes fugindo da seca — foram mobilizados pelo Estado para trabalhar nos seringais do interior do Amazonas, com promessas de riqueza. Os meios de propaganda, usados como instrumento do Estado para divulgar as ações do governo e a economia em crescimento, criavam a ilusão de riqueza pela segunda alta da borracha. A produção amazônica ajudava a fornecer insumos cruciais para a indústria bélica norte-americana, no âmbito da aliança Brasil-Estados Unidos (Freitas; Vilarino; Santos, 2019, p. 90). A "Batalha da Borracha" era, assim, apresentada como contribuição patriótica do Brasil ao esforço de guerra aliado e, simultaneamente, como oportunidade de redenção econômica e social para os nordestinos.

Freitas, Vilarino e Santos (2019) sintetizam o contexto político-econômico:

"Diante da fragilidade econômica brasileira, o presidente da República rendeu-se aos atrativos e à pressão dos EUA, que ofereceram cooperação em áreas estratégicas para o fortalecimento da economia brasileira e para a solução de problemas de saúde e saneamento urbano e rural. A 'Batalha da Borracha' foi como ficou conhecido o evento pelo qual, através dos Acordos de Washington (1942), ficou decidido que o Brasil contribuiria para abastecer o exército norte-americano com a borracha – material de suma importância na indústria bélica, cuja produção na região amazônica deveria ser aumentada."

Esses trabalhadores humildes foram recrutados para extrair seringa com a promessa ilusória de enriquecer. Infelizmente, mais da metade dos aliciados pelo SEMTA sucumbiu devido às condições insalubres e desumanas a que foram submetidos. Surtos epidêmicos (malária, febre amarela, hepatite) e ataques de animais também contribuíram para a trágica perda de muitos recrutas. Contrariando as garantias anunciadas, a falta de pagamento e a negligência governamental tornaram-se regra. O resultado foi um tratamento desumano a esses soldados, que desempenharam papel vital na vitória dos Aliados (Oliveira, 2015; Silva, 2025). A comparação com os pracinhas da FEB é inevitável e reveladora: enquanto os combatentes enviados à Europa receberam reconhecimento, benefícios e lugar de destaque na memória oficial, os Soldados da Borracha permaneceram, por décadas, no ostracismo.

Wolney Oliveira (2015), autor de *Soldados da Borracha – Os Heróis Esquecidos*, destaca que esses trabalhadores foram submetidos a um sistema que ele caracteriza como feudal e escravocrata. A maioria era composta por nordestinos que haviam sofrido com a seca nos anos anteriores, mas incluía também pessoas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Até mesmo detentos das cadeias dessas regiões foram transformados em "soldados da borracha". O resultado dessa política, segundo Oliveira, configura um dos maiores genocídios já cometidos pelo Brasil. Homens foram compulsoriamente recrutados pelo SEMTA, com sede em Fortaleza, escolha estratégica baseada na situação crítica do Nordeste assolado pela seca (Lima, 2013; Silva, 2025). A seca, que empurrava famílias inteiras para a busca de alimento e trabalho, foi convertida pelo Estado em oportunidade de aliciamento em massa.

A elite amazônica, apesar dos incentivos econômicos, resistiu à campanha devido à regulação do Estado pelo Banco de Crédito da Borracha e pela Rubber Development Corporation (RDC). Essas entidades controlavam a comercialização da borracha e o abastecimento dos seringais, excluindo as casas comerciais do lucrativo sistema de aviação. Para os migrantes nordestinos, a prioridade oficial era ocultar as verdadeiras condições de vida nos seringais, atraindo continuamente novos trabalhadores diante da escassez provocada pela alta mortalidade e pelas fugas constantes. Enfrentar as adversidades da selva e o arcaico sistema de aviação implicava não apenas sobreviver, mas também reformular substancialmente referenciais culturais, espaciais e temporais (Guillen, 1997, p. 100; Silva, 2025).

Guillen (1997, p. 100) desmascara a pretensa preocupação trabalhista do Estado Novo:

"Procurava-se demonstrar que o Estado Novo se preocupava com o sistema de abastecimento dos seringueiros, visando impedir o seu endividamento com os seringalistas. No entanto, toda essa preocupação 'trabalhista' fica desmascarada se associarmos ao contexto acima as dificuldades de abastecimento enfrentadas num período de guerra e a tenaz oposição da elite amazônica, detentora do sistema de aviação que abastecia os seringais. Num primeiro momento, os seringais seriam abastecidos pela Rubber Development Corporation, que ficaria encarregada de distribuir medicamentos e aviamentos aos seringueiros em lugares distantes. Porém, por pressão da elite amazônica, a Rubber passou a entregar os suprimentos diretamente aos seringalistas, que, por sua vez, os repassavam aos seringueiros [...]."

Segundo Benchimol (1999, p. 176), vários soldados da borracha refluíram para suas terras por meios próprios. Muitos foram vítimas de malária, avitaminose, anemia palúdica, polineurite, tuberculose, ergastenia, úlceras, sífilis, reumatismos, hérnias e outras doenças. Em 1945, 2.160 ex-soldados julgados inaptos para o serviço foram recambiados. Além das doenças, vários sofriam de debilidade mental, cegueira, insuficiência física por acidentes e, quase um terço, após vários anos de trabalho, encontravam-se desajustados economicamente. Havia muitos casos em que as famílias dos soldados ficaram abandonadas em suas terras natais. A maioria dos alistados jamais retornou, vítima da insalubridade, de ataques de animais e da violência nas relações de trabalho, ou ficou aprisionada por contratos e dívidas impostas pelos proprietários.

O governo também não cumpriu suas promessas de levar os soldados de volta como heróis de guerra, com tratamento equiparado ao dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e direito a aposentadoria. Estima-se que apenas cerca de seis mil tenham conseguido retornar por conta própria. Os recursos, como alimentos, eram escassos nos interiores dos seringais. Barros e Moura (2022), citando Benchimol, destacam a crise alimentícia e a dependência do ciclo das águas para o abastecimento. A grande utopia criada pelo Estado para cumprir compromissos estrangeiros resultou em desvalorização do trabalho e em exploração sobre a ilusão da necessidade e do desespero provocados pela crise no sertão (Benchimol, 1999, p. 166; Silva, 2025).

Como observa Francisco Eleud Gomes da Silva (2025), a contradição entre a retórica patriótica e a prática de exploração permanece como marca indelével desse processo. As políticas públicas desenvolvidas na Amazônia por meio dos grandes projetos desenvolvimentistas não proporcionaram desenvolvimento sustentável para a região nem para os atores sociais que delas participaram — em especial os seringueiros, que continuam lutando para que essa "batalha" tenha, enfim, desfecho positivo. Silva enfatiza que a batalha ainda não terminou, pois nem todos foram reconhecidos e beneficiados a contento pelo Governo Federal. O sistema de aviamento, embora tenha sofrido mudanças, ainda carrega traços do caráter exploratório que marcou aquele período. A denúncia do abandono institucional e do silenciamento histórico é, portanto, um eixo central da contribuição de Silva à historiografia da Amazônia e do Nordeste.

Benchimol (1999, p. 166) descreve as motivações diversas que levavam os nordestinos à Amazônia:

"vinham para a Amazônia com o simples sabor de aventura, muitos estimulados pela passagem de graça nos navios Lloyd, pelas promessas do governo, dos boatos e anúncios de imigração e recrutamento, ou como alternativa para fugirem à convocação para a Força Expedicionária Brasileira, que lutava na Itália."

Essa multiplicidade de motivações — a aventura, a necessidade, a fuga da seca, a fuga do recrutamento militar — revela a complexidade do fenômeno migratório e a fragilidade das categorias oficiais que reduziam esses homens a "soldados da borracha". Eram, antes de tudo, trabalhadores, pais de família, sujeitos de trajetórias singulares que o discurso patriótico homogeneizava e, depois, abandonava.

4. JORNAIS: EVIDÊNCIAS DE PROBLEMÁTICAS SOCIAIS NOS CAMPOS DE SERINGAIS

Segundo Samuel Benchimol (1999, p. 169), desde o início do ciclo da borracha até cerca de 1960, aproximadamente 500.000 nordestinos migraram para a Amazônia — o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira até então, superado somente pela migração "pau-de-arara" para São Paulo. Nas décadas seguintes, novos fluxos migratórios trouxeram gaúchos, paranaenses, paulistas, goianos, mineiros, capixabas e também nordestinos para o planalto central e a Amazônia. A migração para o Norte, ao longo do tempo, foi motivada predominantemente pela busca de riqueza, seja pelo garimpo, pela criação de gado ou, especialmente, pela exploração da seringueira (Benchimol, 1999, p.

171; Silva, 2025). A dimensão demográfica do fenômeno torna ainda mais grave o silêncio que, por tanto tempo, o cercou.

Na densa selva amazônica, os seringueiros viviam em isolamento nas trilhas e acampamentos. A rotina transcendia a simples extração da borracha: as entregas periódicas ao barracão do patrão elaboravam relatórios de vendas e equacionavam débitos e créditos relacionados às mercadorias. A prosperidade do seringueiro era quantificada pelo saldo acumulado ao término da safra — expectativa que raramente se concretizava. Os jornais eram responsáveis por relatar as problemáticas sociais; a vida do seringueiro ganhava destaque nas manchetes dos centros comerciais de São Paulo, Amazonas e Nordeste. A maioria das notícias relatava roubos, assassinatos, revoltas, acidentes, violência e falta de pagamentos ocorridos em propriedades do interior, especialmente durante a Batalha da Borracha. A imprensa, mesmo quando alinhada aos interesses das elites, deixava vaziar os rastros da violência e da exploração.

A centralização da economia da borracha em torno da elite amazonense dificultou a prosperidade do seringueiro, que enfrentava cargas exaustivas de trabalho e problemas crônicos de endividamento, evidenciando o desequilíbrio trabalhista. Exemplos colhidos no Jornal do Comércio ilustram o quadro de forma contundente e permitem, ainda que de maneira fragmentária, ouvir as vozes e os silêncios do período.

4.1. O Jornal do Comércio e as Denúncias de Violência e Exploração

Em 8 de janeiro de 1949, o Jornal do Comércio destacava as vantagens do tipo "Arantes" de borracha, que simplificaria o trabalho de 16 a 18 horas para apenas 5 horas, permitindo ao seringueiro dedicar-se a outras atividades agrícolas e evitando a exposição à fumaça tóxica do ouricuri, causadora de cegueira e outros males já comprovados. O texto revela, ainda que de forma indireta, a dureza do ofício tradicional:

"A classificação é rigorosa, uma vez que o produto é homogêneo e, se preparado com os necessários cuidados, só poderá ter um tipo. No uso de borracha dissolvida, o tipo 'Arantes' possui vantagens sobre a borracha de bola, pois se dissolve em menos de duas horas. Isso simplifica o árduo trabalho do seringueiro, que atualmente leva de 16 a 18 horas, do corte à defumação, reduzindo-o para apenas 5 horas. Isso possibilita que o seringueiro se envolva em outras atividades, principalmente na agricultura. O seringueiro não será mais exposto à fumaça do ouricuri no rosto, causadora de cegueira e outros males já comprovados. Isso ocorre porque ele utilizará o líquido 'Arantes', que será fornecido a ele, com base em 5% do total de látex extraído" (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/01/1949).

Em 18 de março de 1944, o mesmo jornal noticiava a invasão da propriedade do seringal São Paulo, com expulsão dos legítimos proprietários (Laite e Irmão) por meio de ameaças, ações agressivas da Guarda Nacional e crimes organizados. O relato menciona assassinatos — como o de Raimundo Alves, ordenado por Catiri — e o espancamento de Joaquim Ignacio da Silva Amorim por exigir o

salário de direito, incidente amplamente conhecido e comentado em todo o estado (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/03/1944). Esses episódios evidenciam a violência estrutural que permeava as relações de trabalho e de propriedade nos seringais. A cobrança de salários podia custar a integridade física; a disputa por terras e por controle de mão de obra envolvia ameaças, expulsões e assassinatos.

Em 19 de setembro de 1943, o Jornal do Comércio relatava a prisão de Francisco Massaro e Simão Vaca, acusados de serem devedores da casa Suarez. O texto menciona ainda Heitor de Bomcompagni, italiano, no contexto de um assassinato ocorrido no varadouro de Bayuya Manuripe, atribuído a ordem de Nicolao Suarez. A reportagem revela um sistema de controle criminal e de cobrança de dívidas que operava com violência e impunidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 19/09/1943). O endividamento não era apenas uma relação econômica: era um mecanismo de sujeição que podia resultar em prisão, violência física e, em casos extremos, morte.

O Correio Paulistano também oferece indícios do interesse estatal e internacional na organização do comércio da borracha. Em 21 de junho de 1941, noticiava a articulação entre o comitê de defesa nacional e o Instituto de Agronomia do Norte para a criação de uma organização permanente reguladora do comércio de borracha, com participação proporcional dos produtores nos lucros (CORREIO PAULISTANO, 21/06/1941). Em 8 de março de 1942, o mesmo periódico registrava o encaminhamento de mão de obra para a Amazônia e a concessão de crédito de 5.000 dólares a técnicos americanos em contato com o Ministério da Educação e Saúde, visando aprimorar serviços de atendimento e prevenção de doenças (CORREIO PAULISTANO, 08/03/1942). A preocupação com a saúde

dos seringueiros aparecia no discurso, mas raramente se traduzia em proteção efetiva no interior dos seringais.

Essas fontes jornalísticas, lidas em conjunto com a análise de Silva (2025), permitem perceber que a violência, o endividamento e a precariedade não eram exceções, mas elementos constitutivos do sistema. A propaganda oficial celebrava o "soldado da borracha" como herói; os jornais locais, ainda que de forma fragmentária e muitas vezes alinhada aos interesses das elites, registravam assassinatos, espancamentos, prisões por dívida e a luta cotidiana pela sobrevivência. A imprensa, nesse sentido, funciona como contraponto involuntário ao discurso oficial e como arquivo das contradições do período.

4.2. Memória, Silêncio e Luta por Reconhecimento

A história dos Soldados da Borracha é, assim, um lembrete doloroso das complexidades da exploração da borracha. Enquanto esse período trouxe prosperidade econômica e visibilidade à Amazônia, deixou cicatrizes profundas na vida dos trabalhadores e de suas famílias. Eles suportaram um fardo significativo em prol do esforço de guerra, e sua contribuição muitas vezes passou despercebida. Hoje, esforços de preservação da cultura e da memória dos "Soldados da Borracha" estão em andamento, impulsionados por descendentes e por pesquisadores que, como Francisco Eleud Gomes da Silva (2025), denunciam o silenciamento histórico e a invisibilidade desses trabalhadores.

O reconhecimento oficial tardio — com a Constituição de 1988, que equiparou os Soldados da Borracha aos combatentes da FEB para fins de pensão; a Lei nº 12.447/2011, que os declarou "Heróis da

Pátria"; e a Emenda Constitucional nº 78/2013, que concedeu indenização e elevou a pensão vitalícia — representa um avanço importante, mas ainda incompleto. Muitos sobreviventes e dependentes enfrentaram (e ainda enfrentam) dificuldades burocráticas para acessar os benefícios. A batalha pela memória e pela reparação continua, como insiste Silva (2025), e exige o compromisso da historiografia, das instituições e da sociedade.

É importante destacar, ainda, que o recrutamento pelo SEMTA não se restringiu a voluntários. Em muitos casos, houve pressão social e econômica sobre famílias inteiras, e há registros de detentos encaminhados aos seringais. A própria linguagem militar — "soldados", "batalha", "esforço de guerra" — servia para legitimar condições de trabalho que, em tempo de paz, seriam reconhecidas como inaceitáveis. A analogia com o soldado das forças armadas, explorada por Silva (2025), revela as diferenças abissais: enquanto o pracinha recebia soldo, fardamento, assistência e, ao retornar, prestígio, o soldado da borracha recebia promessas, dívidas e, com frequência, o esquecimento.

A análise do sistema de aviamento é central para compreender a exploração. O aviamento consistia no fornecimento de mercadorias, alimentos e crédito pelos seringalistas aos seringueiros. Os preços elevados e os juros sobre adiantamentos mantinham um sistema de trabalho forçado, pois o valor pago pelo látex nunca era suficiente para quitar os débitos. O trabalhador permanecia permanentemente endividado, amarrado ao seringal e ao patrão. Silva (2025) e Guillen (1997) mostram como a elite amazônica pressionou para manter esse mecanismo mesmo sob a presença da Rubber Development Corporation, garantindo a continuidade da exploração sob a fachada da "modernização" e da "proteção" estatal.

Por fim, a dimensão demográfica e humana do fenômeno não pode ser subestimada. Estimativas apontam que entre 50 mil e 65 mil homens foram recrutados, e que dezenas de milhares morreram ou ficaram incapacitados. As famílias que permaneceram no Nordeste frequentemente perderam o provedor sem qualquer indenização ou notícia. A Batalha da Borracha foi, para muitos, uma sentença de morte ou de exclusão permanente. Recuperar essa memória é, portanto, um ato de justiça histórica e de reconhecimento da dignidade daqueles que, sem fardamento e sem honras, sustentaram com o próprio corpo o esforço de guerra e o segundo ciclo da borracha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a investigação foi possível analisar as condições de vida dos soldados da borracha que vivenciaram os eventos marcantes da Batalha da Borracha. Notou-se a ausência de apoio significativo ou, quando existente, insuficiente, em áreas básicas como saúde e alimentação. A negligência estendia-se a um elevado número de mortes, motivadas em parte pela impiedade do clima tropical e, de maneira ainda mais preocupante, pela exploração exaustiva dos trabalhadores e pela violência estrutural do sistema de aviação. A floresta, celebrada no discurso oficial como espaço de oportunidade, revelou-se território de sofrimento e morte para milhares de homens e para as famílias que ficaram para trás.

A migração de indivíduos vindos do Nordeste, assolado por severas secas, para o Norte em busca de melhores oportunidades de emprego configura um problema complexo. Por vezes destinava-se a uma busca desesperada por meios de subsistência mais dignos, não apenas para os trabalhadores, mas também para suas famílias.

Porém, esse desejo por uma vida mais próspera frequentemente conduzia a uma exploração exacerbada, especialmente por parte de atores locais que viam nesses migrantes uma fonte fácil de mão de obra. A propaganda do Estado Novo e dos Acordos de Washington transformou a necessidade em discurso patriótico, mas não garantiu a proteção efetiva dos trabalhadores. A "batalha" foi vencida no plano da produção de borracha e da aliança geopolítica; foi perdida, para a maioria dos trabalhadores, no plano da dignidade e da sobrevivência.

As iniciativas visando a melhoria das condições de vida desses trabalhadores na Amazônia se depararam com diversos obstáculos: muitas medidas foram bloqueadas ou nem chegaram a ser implementadas, evidenciando marcante desinteresse governamental em determinados momentos. Esta apatia institucional não apenas perpetuou o ciclo de exploração e sofrimento, mas também denunciou a indiferença oficial diante do infortúnio desses trabalhadores. O reconhecimento oficial tardio — com a Constituição de 1988, a Lei nº 12.447/2011 e a Emenda Constitucional nº 78/2013 — ainda não alcançou a plenitude da reparação histórica e social devida. Muitos morreram sem ver qualquer forma de reconhecimento; outros enfrentam até hoje as barreiras da burocracia e do esquecimento.

A pesquisa revela um panorama desolador das condições enfrentadas durante a Batalha da Borracha, ressaltando a carência de apoio, a exploração sistemática e a indiferença governamental que contribuíram para a tragédia humana vivenciada no interior da Amazônia. Como enfatiza Francisco Eleud Gomes da Silva (2025), a batalha ainda não terminou: nem todos foram reconhecidos e beneficiados a contento pelo poder público, e o sistema de

aviamento, embora transformado, ainda carrega traços do caráter exploratório que marcou aquele período. A memória dos Soldados da Borracha permanece, portanto, como campo de disputa e de luta por justiça histórica.

Ao recuperar as evidências do Jornal do Comércio e dialogar com a historiografia recente, especialmente com a obra de Silva (2025), este artigo busca contribuir para que a história desses trabalhadores deixe de ser silenciada e passe a ocupar o lugar que lhe é de direito na narrativa nacional: o de sujeitos centrais de um processo que articulou Nordeste e Amazônia, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial, exploração e resistência. A Batalha da Borracha não foi apenas uma operação de guerra econômica; foi um drama humano de dimensões trágicas, cuja memória ainda clama por justiça e reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A HEROICA e desprezada batalha da borracha. Revista Vermelho, 18 set. 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2015/09/18/a-heroica-e-desprezada-batalha-da-borracha/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARROS, Wanderley de Freitas Souza; MOURA, Anderson Vieira. Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia. Curitiba: Editora CRV, 2022.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: formação social e cultural. Manaus: Editora Valer, 1999.

CORREIO PAULISTANO (SP). Edição de sábado, 21 jun. 1941. Hemeroteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO (SP). Edição II, Diário da Manhã, 8 mar. 1942, p. 3. Hemeroteca Nacional.

FREITAS, Fernando Coelho; VILARINO, Maria Terezinha Bretas; DOS SANTOS, Mauro Augusto. Os Soldados da Borracha: a migração de trabalhadores cearenses para a Amazônia no âmbito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. História Unicap, v. 6, n. 11, p. 107-117, 2019.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. Revista de Sociologia e Política, n. 09, p. 95-102, 1997.

JORNAL DO COMÉRCIO (AM). Edição I, 18 mar. 1944, p. 4. Hemeroteca Nacional.

JORNAL DO COMÉRCIO (AM). Edição II, 19 set. 1943, p. 2. Hemeroteca Nacional.

JORNAL DO COMÉRCIO (AM). Edição II, 8 jan. 1949, p. 2. Hemeroteca Nacional.

LIMA, Bonifácio Reginâmio. A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial: revisitando a literatura sobre a atividade gomífera e seus extratores. Editora Científica Digital, 2013.

LOPES, José. Amazonas: do extrativismo à industrialização. Manaus: Editora Valer, 2011.

OLIVEIRA, Wolney. Soldados da Borracha – Os Heróis Esquecidos. Editora Escrituras, 2015.

OS SOLDADOS da borracha e a importância da Amazônia para a Segunda Guerra Mundial. Revista Bonifácio, 11 jul. 2021. Disponível em: <https://bonifacio.net.br/os-soldados-da-borracha-e-a-importancia-da-amazonia-para-a-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, Francisco Eleud Gomes da. "Batalha da borracha": o contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970. Curitiba: Editora CRV, 2025. 166 p.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História – Universidade Nilton Lins. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre em Administração Universitária/PPGAU/UFSC.

³ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Autor de "Batalha da borracha": o contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970 (Editora CRV, 2025).

⁴ Mestre em Gestão Empresarial pela Universidade Estácio/CE.